

# Brasil Colônia I

João Pedro Ricaldes dos Santos – História 2011

**A primeira fase da colonização portuguesa no Brasil, entre o começo do século XVI e a primeira metade do século XVII fundou uma estrutura econômica destruidora e uma estrutura social desumana, criando uma herança negativa ainda distante de ser superada.**

Quando os portugueses chegaram ao litoral brasileiro pela primeira vez, com Cabral em 1500, aqui viviam em torno de dois a três milhões de indígenas. Hoje não passam de quatrocentos mil, reunidos em duzentos povos, com 170 idiomas. Doenças, escravidão e massacres dizimaram a população nativa. Os primeiros contatos foram amistosos e tiveram continuidade através da ação dos jesuítas. Neste período inicial difundem-se mitos positivos sobre os nativos, como a idéia de paraíso perdido, similar ao descrito no Gênesis. Mas logo a visão negativa também se formou, principalmente aquelas ligadas ao canibalismo e a outras diferenças culturais, entendidas como viciosas pelos invasores.

A Ordem dos Jesuítas foi fundada na Espanha em 1534 e os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil somente em 1459. Logo entraram em desacordo com os colonos sobre a escravidão indígena. Se por um lado defenderam os nativos contra o interesse de bandeirantes e comerciantes, por outro lado também contribuíram para o domínio cultural do branco sobre a população local, pois preparou a adesão a costumes e crenças ocidentais, através da catequese.

Além disso, a construção das Missões desorganizou a vida original dos nativos. “Tanto jesuítas, quanto os colonos exigiam dos indígenas o cumprimento da mesma tarefa: o cultivo da terra. Os colonos o faziam de forma brutal, imediatista e escravista. Os jesuítas, em troca do catecismo, esperavam trabalho organizado e metódico em suas plantações. O excedente da produção seria fornecido aos colonos em regime de escambo, supervisionado pelos padres” (Eduardo Bueno, Brasil: uma História, 2003, 51)

As primeiras Missões foram formadas em 1557, reunindo 34 mil índios em onze aldeamentos próximos a Salvador. Mas logo foram destruídos, quando o governador geral Mem de Sá decretou “guerra justa” contra os caetés.

Foi no sul do País que a experiência jesuítica foi mais ampla e duradoura. Por volta de 1700 ainda restavam Trinta Povos Guaranis (povoados criados pelos jesuítas) com 150 mil indígenas, numa área entre Paraná, Mato Grosso, norte da Argentina, Paraguai e Rio Grande do Sul. Em cada Missão viviam de 1500 a 12.000 indígenas e apenas dois jesuítas, tratados como pajés brancos. Para Thomas Morus foi uma experiência comunista, mas para muitos estudiosos foi o caminho mais curto para o genocídio indígena, uma vez que reuniu o que estava disperso e desarmou a capacidade de resistência dos nativos.

Economicamente a descoberta portuguesa foi decepcionante, pois não encontram ouro nem prata. Ao mesmo tempo, nos trinta primeiros anos, conhecidos por Período Pré-colonial, Portugal priorizou o comércio com a Índia, iniciado em 1498 por Vasco, devido principalmente aos lucros obtidos com as especiarias, antes distribuídas pelos mercadores italianos. A presença portuguesa limitou-se a expedições guarda-costas e à extração de madeira (pau-brasil), atividade que contou com a colaboração indígena.

Após 1530, também a atividade das especiarias começava a declinar. A alternativa para o governo português era tornar rentável o território brasileiro. Além disto, era urgente a necessidade de defender a região contra as investidas crescentes de franceses e ingleses. A França chegou a criar duas colônias no litoral brasileiro: a França Antártica (1555-1567), hoje o Rio de Janeiro e a França Equinocial (1604-1614), onde foi fundaram São Luís do Maranhão.

Assim, seja para defender a área, seja para criar uma alternativa à queda das especiarias, Portugal iniciou a colonização de fato através da construção de imensas fazendas de cana-de-açúcar. Aproveitando-se dos preços em alta do produto e da experiência já existente nas Ilhas dos Açores, Portugal cria o ciclo do açúcar (1532-1654).

Para reduzir os custos de produção foi escolhido o sistema de plantation, baseado no latifúndio monocultor e exportador, com uso de mão de obra escrava (indígena e negra). Também foi imposta a exclusividade comercial de Portugal, a proibição de manufaturas e a obrigação de comprar somente de Portugal. O objetivo do sistema colonial era transformar o Brasil em um complemento das necessidades econômicas de Portugal e converter os lucros da exportação do açúcar em ouro, o padrão monetário da época.

A opção pelo trabalho escravo foi reforçada pelas crenças racistas da época e pelo interesse em evitar a fuga de trabalhadores do latifúndio, já que havia terra em abundância. Já o predomínio crescente do escravo negro sobre o índio se explica pela exigência dos mercadores negreiros portugueses de Angola, aliado ao interesse da própria Coroa em recolher impostos sobre o tráfico negroiro.

A diáspora africana inicia-se na própria África, já que camponeses negros eram capturados por negros caçadores de escravos e trocados por mercadorias em feitorias portuguesas. O negócio logo se mostrou lucrativo para os navegantes portugueses: “como o açúcar feito no Nordeste do Brasil era levado para a Europa nos mesmos navios que traziam escravos da África, os negreiros forçavam os engenhos a adquirir novos escravos, sob pena de não comprarem seu açúcar” (Eduardo Bueno, Brasil: uma História, 2003, pag 115)

A viagem no navio negroiro era brutal e desumana. Um em cada cinco escravos não sobrevivia à viagem. Mortos, vivos, famintos e doentes se amontoavam nos porões fétidos e escuros. Os que desembarcavam não sobreviviam mais do que sete anos. Em média, um engenho “gastava” duzentos escravos por ano, logo repostos pelo tráfico negroiro. Ao todo se contabiliza seis milhões de negros trazidos para o Brasil ao longo de trezentos anos de escravidão, o que, somado aos negros nascidos aqui, fez de nosso país a maior nação escravista do mundo.

No início do século XVII, havia 235 engenhos no nordeste brasileiro. Todos funcionavam num verdadeiro sistema fabril, com uma rígida disciplina, turnos de madrugada e supervisão de feitores.

Praticava-se ainda um código de punição exemplar (pública), através do pelourinho, da força e dos capitães do mato. Assim o Padre Vieira descrevia o trabalho no engenho: “Quem vir na escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas, perpetuamente ardentes, o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda de cor da mesma noite, e gemendo tudo, sem trégua nem descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança do inferno”

Mas os negros nunca aceitaram passivamente este “inferno” na terra. Várias foram as formas de resistência. A mais elaborada era a fuga para Quilombos, por todo o Brasil, com destaque para o de Palmares (1602-1694). Na verdade foi um conjunto de doze quilombos numa área de 200 km entre Alagoas e Pernambuco, na qual viveram 20 mil habitantes.

Mas nem sempre era possível a fuga. Apelava-se então para formas de resistência cotidiana, tais como a lentidão no trabalho e a sabotagem da produção. Ou ainda para formas autodestrutivas, como o alcoolismo, o suicídio e aborto. Recorria-se, também, ao enfrentamento direto: o assassinato de senhores de engenho.

É importante notar que as opções econômicas e racistas dos portugueses acabaram por criar, em longo prazo, uma estrutura social profundamente perniciosa, cujos traços ainda se mantêm vivos no Brasil. A sociedade açucareira era aristocrática, isto é, com grande concentração de terras em mãos de poucos proprietários, os “homens bons”. Era ainda estratificada, isto é, com uma divisão rígida entre uma camada social pequena e dominante e uma imensa camada de trabalhadores escravos, causando total imobilidade social (impossibilidade de ascensão de um estrato a outro). Finalmente criou-se uma mentalidade racista e avessa ao trabalho manual, que passou a ser considerado coisa de negro. Não ter um negro escravo era motivo de desonra entre as famílias brancas.

Mesmo assim, alguns historiadores insistiram em forjar e difundir a imagem de um Brasil harmônico e cordial. Entre os mitos de fundação do Brasil destaca-se a idéia da “democracia racial”, isto é, da harmonia entre brancos, índios e negros.